



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA, PREVIDÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2018, às 16:54 horas, na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniram-se os membros da **Comissão Permanente da Seguridade Social, Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara Municipal** (Ver Dr Jorge Parada, Bertinho Scanduzzi, Elizeu Rocha e Aauto Marmita). O presidente iniciou cumprimentando todos os presentes, e os representantes do Hospital de retaguarda Lar São Francisco de Assis, presentes nesta reunião; Dr Jorge, justificou o atraso do Vereador Luciano Mega; explicou a todos que a reunião destina-se a oitiva do Secretário Municipal da Saúde, Dr. Sandro Scarpellini, em especial acerca do Relatório do contrato com o Hospital de retaguarda que prestou relevantes serviços à comunidade e que quer encontrar uma saída para o não rompimento do contrato com a Prefeitura Municipal, que não é muito fácil absorver este serviço na rede SUS, que tratam-se de pacientes especiais, que durante muito tempo houve um investimento naquele Hospital, que está dispobilizado à população e assim, estão aqui para tentar uma gestão compartilhada entre a Prefeitura e a entidade, que a grande questão hoje é ter o controle da gestão, o que gera denúncias, críticas, dúvidas e poderiam resolver este problema sem perder aquilo que já existe, a gestão compartilhada na Saúde é um caminho. Ver Elizeu cumprimentou os presentes, agradeceu a presença do Secretário e dos representantes do Hospital de Retaguarda, que não há muito o que fazer, mas que não querem perder o serviço e a estrutura do Hospital, por isso fazem a proposta da gestão compartilhada. Sr. Isaias, representante do Hospital de retaguarda, cumprimentou os presentes, afirmou que leu o documento, mas que não foi chamado a se explicar, que o convênio é renovado anualmente e há apontamento de questões já resolvidas, de 2016; com relação a questões de vigilância, está praticamente tudo solucionado, a questão das denúncias, afirmou terem procedido investigações próprias, que não foram chamadas pela Secretaria para se explicar, a origem destas denúncias foi de apenas um cidadão. Que o documento além de conter informações muito antigas, que o artigo 63 da Lei que prevê a necessidade de prestação de contas, afirmou que não há um manual de prestação de contas para orientação; que outra questão importante é que a própria Secretaria está fazendo a medição de maneira equivocada, que precisariam das verbas parlamentares para manter e melhorar a estrutura. Ver Dr Jorge passou a palavra ao Secretário que cumprimentou todos os presentes, afirmou a necessidade de proceder estudos acerca da possibilidade da gestão compartilhada, que não se recorda de experiências neste modelo, o SUS prevê convênios e a assinatura de contratos de gestão e de parcerias, é preciso estudar e levantar as possibilidades, que previamente é preciso que a instituição esteja regularizada nos termos da legislação, para que possam assinar um convênio e possam assim realizar repasses financeiros; o Relatório acerca dos serviços prestados pelo Hospital de retaguarda foi elaborado por cobrança do Ministério Público e precisaram entregar este documento, que estão em outubro e desde agosto não conseguiram renovar o convênio pela deficiência das





Câmara Municipal de Ribeirão Preto

documentações; que as demais situações estão sob investigação do Ministério Público; Outro ponto importante é que quando assumiu a Secretaria já tramitavam dois processos do Hospital de Retaguarda no Ministério Público, que a Secretaria sempre apoiou a instituição; que vai aguardar a decisão do Ministério Público quando finalizar a investigação e quando a instituição tiver preenchido as exigências legais poder-se-á estudar a assinatura de um contrato. Com relação a gestão compartilhada é preciso verificar o que é isso, se é possível e se a instituição quer isso, bem assim, há necessidade de se encaminhar à Secretaria dos Negócios Jurídicos para análise da viabilidade. O Secretário afirmou que é legalista, segue os ditames legais, por mais difícil que seja, há grupos técnicos na Secretaria da Saúde, que é também sua atribuição como Secretário acompanhar os convênios e contratos, não apenas com o Lar Francisco de Assis, mas com todas as demais entidades/instituições pois a Secretaria é cobrada por isso, que pode se comprometer a estudar a possibilidade da gestão compartilhada e também conversar no Ministério Público para que tudo se solucione o mais breve possível. Isaías afirmou que a própria casa de retaguarda havia proposto a gestão compartilhada, que nunca tinha tido acesso ao documento que foi elaborado pela Secretaria da Saúde que justificou a não renovação contratual; que deve ser pensado porque se de um lado a Prefeitura fiscaliza, como também vai administrar? Que vão se adaptar e vão tentar melhorar, acrescentou que os serviços para as pessoas acamadas têm um custo muito alto, a liberação das emendas proporcionaria o acesso a inovação na gestão e estrutura. Que vão se adequar e vão continuar a atender até quando conseguirem se manter operando, já conversaram com o Promotor Sebastião Sérgio, estão buscando melhoras, quanto às emendas, explicou que o Projeto do oxigênio permitiria a economia de milhões. Vereador Marmita cumprimentou os presentes afirmando que como falou o Dr Sandro, o Ministério Público está investigando e o Lar São Francisco que está preparando sua defesa, que as pessoas estão realmente sendo mandadas para suas casas em condições precárias, que a Secretaria precisa ser sensível às necessidades pessoas, há idosos sem assistência na rede, que a Saúde está deixando a desejar e as pessoas mais simples são as que mais sofrem, é preciso pensar na Saúde da cidade e das pessoas; que em sua visão não se pode deixar o Hospital de retaguarda parar com suas atividades. Ver Dr. Jorge afirmou que acredita ser possível resolver o problema vivenciado pelo Hospital de retaguarda, que a Secretaria se beneficia com o atendimento da entidade, que presta importantes serviços à população há muitos anos, que não pode uma denúncia paralisar as atividades, até porque não há nenhuma outra instituição da cidade que faça este tipo de atendimento, que o Hospital pode se manter e vai conseguir continuar a trabalhar, que sem o contrato com a Prefeitura, talvez atenda menos pessoas, mas que precisa dar continuidade às atividades, que a Secretaria poderia procurar outras alternativas, mas que não há nada definido ainda. Ver. Elizeu afirmou que conhece o Hospital que as instalações são boas, muito limpo, bem cuidado, o problema é que existe uma denúncia no Ministério Público, que é muito crítico, é preciso respeitar as leis, que muita coisa precisa melhorar que o convênio está sub judice, fez a proposta de ouvir o Ministério Público para que possam entender



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

o que está acontecendo no Inquérito, que é preciso analisar a sugestão apresentada pela Comissão Permanente; ademais, pelo valor que o SUS paga, é melhor não ter o SUS, porque paga muito pouco; Ver Jorge Parada afirmou que paga pouco, mas os Hospitais não vivem sem o SUS, que é preciso ser responsável e o Ministério Público também não vai deixar as pessoas que necessitam sem tal atendimento e uma ruptura radical não é interessante para a cidade, por isso que a Comissão está chamando a Secretaria e o hospital. Ver. Bertinho sugeriu também consultar o jurídico da Prefeitura para amparar uma decisão do Secretário. Isaías fez suas considerações finais. Ver Dr. Jorge sugeriu uma reunião com os Promotores de Justiça; O Secretário afirmou que o relatório é um resultado final de um contrato de muito tempo, com diversos apontamentos, que do ponto de vista arquitetônico está muito bom, mas há questões que envolvem gestão a exemplo da falta de fisioterapeutas. O Secretário afirmou que sua intenção é o melhor para os pacientes, que tem obrigações legais de cumprir a legislação, se compromete em estudar, que as emendas estavam travadas tendo em vista as eleições, mas que vai verificar a situação atual. Dona Joana, funcionária do Hospital de Retaguarda – procedeu manifestações acerca da importância das atividades da instituição para a população. Por fim, o presidente fez suas considerações finais, agradecendo a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião. Nada mais havendo, nem interessados em se manifestar, a reunião foi encerrada às 18:00 horas, da qual para constar, eu Patrícia Midori Kimura,  servidora desta CMRP, lavrei a presente ata, que foi elaborada nos termos da Resolução nº 46/2018, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente da Comissão Permanente.


DR. JORGE PARADA
VEREADOR PRESIDENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA, PREVIDÊNCIA